

# política

Editora: Paula Coutinho  
politica@jornaldocomercio.com.br

## Senado rejeita indicação de Jorge Messias ao STF

Placar no plenário foi de 34 votos favoráveis, 42 contrários e 1 abstenção

/ CONGRESSO NACIONAL

O plenário do Senado rejeitou a indicação de Jorge Messias para uma vaga ao Supremo Tribunal Federal (STF) na noite desta quarta-feira, 29 de abril.

O placar foi de 34 votos favoráveis, 42 contrários e 1 abstenção, contrariando a votação anterior da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, que havia aprovado, horas antes, a indicação após a sabatina. Messias recebeu 16 votos favoráveis e 11 contrários, em votação secreta, na CCJ. Os questionamentos dos senadores a Messias duraram oito horas.

Messias precisava de 41 votos no plenário, maioria simples dos 81 senadores, mas obteve o apoio de apenas 34 parlamentares.

O resultado da sessão plenária significa uma derrota histórica para o governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Há 132 anos, uma indicação do presidente da República ao Supremo não era rejeitada pelo Congresso Nacional - a última vez foi em 1894, durante o governo do marechal Floriano Peixoto.

Durante a sabatina, Jorge Messias defendeu que o STF tenha atuação equilibrada, sem protagonismo excessivo e com autocontenção. Segundo ele, "o Judiciário deve sempre cumprir papel residual e complementar. Não como protagonista ou substituto dos gestores e legisladores".

Segundo ele, o desafio não é afastar a corte de temas políticos, mas garantir sua imparcialidade. Ele afirmou que o Tribunal deve evitar tanto o "ativismo" quanto o "passivismo" e defendeu o "equilíbrio".

Messias criticou a ideia de transformar o STF em uma instância de resolução ampla de dis-



Messias foi sabatinado pelos senadores da CCJ durante oito horas

putas políticas, comparando essa visão a um desvio de função. "Não tenho concordância com essa visão. O Supremo Tribunal Federal não deve ser o Procon da política", disse, ao alertar para os riscos de violação da separação entre os Poderes e reforçar que o Judiciário não pode atuar como uma "terceira casa legislativa".

O indicado afirmou que sua principal referência será a Constituição e se comprometeu com maior transparência no exercício do cargo. Ele prometeu divulgar integralmente suas agendas, caso aprovado, e defendeu o fortalecimento da colegialidade no STF. "Qualquer proposta de aperfeiçoar o Judiciário terá em mim apoio total", afirmou. Ele acrescentou que a legitimidade da Corte depende de regras e prestação de contas à sociedade.

Messias defendeu a aposentadoria compulsória como um instrumento constitucional legítimo. "A aposentadoria compulsória, junto à vitaliciedade, é uma garantia e um princípio constitucional", disse, ao ponderar que eventuais mudanças no sistema devem preservar a independência judicial e ocorrer por meio de diálogo entre os Poderes.

O indicado reforçou a necessidade de aperfeiçoamento institucional com foco em transparência e responsabilidade e destacou que decisões judiciais devem respeitar critérios como legalidade, proporcionalidade e individualização da pena, afirmando que "processo penal não é ato de vingança", mas "ato de justiça".

Messias declarou ser "totalmente contra" o aborto e classificou a prática como uma "tragédia humana". Apesar disso, afirmou que a discussão cabe ao Congresso e garantiu que não adotará postura ativista no tema. "Da minha parte, não haverá qualquer tipo de ação de ativismo em relação ao tema aborto", disse, ressaltando ainda o compromisso com a laicidade do Estado: "Juiz que coloca suas convicções religiosas acima da Constituição não é juiz".

Messias afirmou ser necessário "dar um fim" à controvérsia sobre o marco temporal para demarcação de terras indígenas, defendendo uma solução baseada em diálogo, mediação de interesses e eventual compensação financeira aos titulares das áreas.

pagamento de precatórios: por ordem cronológica e acordos.

A primeira prioriza aqueles que estão há mais tempo na fila para receber o recurso, além de idosos, pessoas com doenças graves e créditos alimentares. Já na segunda forma o credor pode re-

ceber o repasse de forma antecipada, mas com 40% de deságio ao valor originalmente devido.

Conforme o governo, do montante total que a gestão projeta pagar em 2026, metade será destinado para ordem cronológica e a outra metade para os acordos.



## Repórter Brasília Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

## Reciclagem avança e cobra escala no Brasil

A reciclagem começa a deixar de ser discurso e ganhar musculatura real no Congresso Nacional. Em audiência pública, o deputado federal gaúcho Carlos Gomes (Republicanos, foto) apresentou números que sustentam o otimismo: bilhões em propostas cadastradas e centenas de milhões já aprovados. Mais relevante que o volume é o sinal - a engrenagem da economia circular começou a girar.



TÂNIA MEINERZ/JC

## Renda, emprego e inclusão

O salto da reciclabilidade, de 3% para 9%, ainda é modesto frente a padrões internacionais, mas revela mudança de direção. Não se trata apenas de estatística ambiental. É renda, emprego e inclusão, especialmente para mais de um milhão de famílias que dependem diretamente da atividade. O próprio Carlos Gomes, com origem na reciclagem, traduz esse impacto com legitimidade.

## Ativo estratégico

Há também um argumento econômico difícil de ignorar: o potencial de movimentar até R\$ 100 bilhões ao ano. Países como Alemanha e Japão já provaram que lixo pode virar ativo estratégico. O Brasil, porém, ainda patina em escala, logística e cultura de reaproveitamento.

## Política estruturante

O dado político chama atenção: raro consenso. De Marina Silva à indústria, a pauta unifica. Mas o risco está justamente aí: concordar é fácil; executar exige continuidade, fiscalização e investimento. A reciclagem deixou de ser agenda periférica. Agora, o desafio é transformá-la em política estruturante, antes que o potencial vire apenas mais uma promessa reciclada.

## Anistia reacende polarização

A deputada federal gaúcha Fernanda Melchionna (PSOL) fez duro discurso contra o projeto de anistia, afirmando que a proposta pode beneficiar envolvidos nos atos de 8 de janeiro. Para ela, discutir soltura neste contexto abre espaço para impunidade e reforça a polarização no Congresso.

## Agro sob pressão e diagnóstico incompleto

O plano de renegociação das dívidas rurais acendeu alerta no setor. Para o presidente da Acebra, Jerônimo Goergen, a proposta trata apenas parte do problema. Os cerca de R\$ 81,7 bilhões previstos estão longe da dimensão real de uma carteira que se aproxima de R\$ 881 bilhões, com forte volume já em estresse.

## Quadro grave no Rio Grande do Sul

No Rio Grande do Sul, o quadro é ainda mais grave, com mais de 30% da carteira em dificuldade. O ponto central da crítica é a exclusão de dívidas fora do sistema bancário - elo essencial da cadeia produtiva. O risco, segundo Goergen, é aliviar bancos e transferir a crise para cooperativas e empresas do setor, gerando efeito cascata.

## Embate institucional em alta

O deputado federal gaúcho Bibó Nunes (PL) elevou o tom contra decisões do STF envolvendo parlamentares, citando o caso de Marcel van Hattem (Novo). A defesa da imunidade parlamentar e a PEC 48/2024 ampliam o desgaste entre Legislativo e Judiciário - mais um capítulo de tensão institucional que segue longe de arrefecer.

## Piratini quer pagar R\$ 976 milhões de precatórios em 2026

/ GOVERNO DO ESTADO

O governo do RS projeta pagar R\$ 976 milhões de precatórios deste ano. A dívida do Estado com este passivo fechou 2025 em R\$ 16,6 bilhões. Há duas modalidades adotadas pelo Piratini para